

JORGE LUIS BORGES, “BORGES” E O “EU”: O EXEMPLO LITERÁRIO DE JOHN PERRY

Ulysses Pinheiro

Universidade Federal do Rio de Janeiro/CNPq

Abstract: In a lecture rendered in 2007, John Perry focuses on the short story “Borges and I”, by Jorge Luis Borges, as a means to deal with an issue belonging to the domains of the philosophy of language and the philosophy of action, uniting semantic theses on indexical terms to epistemic and metaphysical theses on self-knowledge and on the nature of personal identity. Perry proposes two rival interpretations for Borges’ story, offering reasons in favor of the second one. This paper investigates which consequences would follow for our comprehension of the concept of action if *none of the two* interpretations proposed by Perry were acceptable.

Keywords: Perry, theory of action, fiction, personal identity.

Resumo: Em uma palestra proferida em 2007, John Perry parte do conto “Borges e eu”, de autoria de Jorge Luis Borges, para tratar de um tema ligado à filosofia da linguagem e à filosofia da ação, unindo teses semânticas sobre termos lingüísticos a teses epistêmicas e metafísicas sobre o autoconhecimento e a natureza da identidade pessoal. Perry propõe duas interpretações rivais para o conto de Borges, optando pela segunda delas. Este artigo investiga algumas conseqüências para nossa compreensão do conceito de ação se *nenhuma das duas* interpretações propostas por Perry for aceitável.

Palavras-chave: Perry, teoria da ação, ficção, identidade pessoal.

Em uma palestra proferida em 2007, intitulada ““Borges e eu’ e ‘eu’”¹, John Perry parte do conto “Borges e eu”, de autoria de Jorge Luis Borges²,

¹ PERRY, 2007.

para tratar de um tema ligado à filosofia da linguagem – a saber, a relação entre termos indexicais, como “eu”, e nomes próprios, como “Borges” –, conectando-o à filosofia da ação – em especial, a caracterização de pessoas como agentes. Servindo de mediação entre sua abordagem da linguagem e da ação, Perry propõe uma visão sistemática da noção de “eu”, unindo teses semânticas sobre termos lingüísticos a teses epistêmicas e metafísicas sobre o autoconhecimento e a natureza da identidade pessoal. O objetivo dessa palestra de Perry era mostrar como sua teoria poderia ser usada, em certa medida ao menos, para explicar o conto de Borges, discutindo duas interpretações possíveis para ele e oferecendo razões em favor da segunda delas. Quais conseqüências se seguiriam para nossa compreensão do conceito de ação, porém, se *nenhuma das duas* interpretações propostas por Perry fosse aceitável? Uma das conseqüências bem poderia ser que alguns conceitos tomados em suas análises como estando claramente determinados – tais como os conceitos de intenção, referência, pessoa, e principalmente o *conceito de ação* – fossem subitamente obscurecidos, de modo similar ao que ocorre quando um eclipse nos permite olhar diretamente para o Sol por breves instantes, deixando-o aparecer em nosso campo visual de uma maneira diferente da que usualmente se mostra – ou melhor, tal como usualmente *não se mostra*, pois, em condições normais, não podemos olhar diretamente para ele. Nesse caso, através da interposição do velamento provocado pela ficção (uma forma de escrita que não está comprometida com a enunciação da verdade) é-nos dada a visão direta de conceitos que, no seu uso irrefletido, se apresentam com excessiva “evidência” e “clareza”, a ponto de cegar-nos para seus aspectos problemáticos, revelando neles, assim, ambigüidades até então insuspeitas. Essa percepção surgiria justamente porque as interpretações propostas por Perry são, aparentemente, as duas únicas maneiras de sua teoria dar um significado ao conto de Borges. Adiante que, ao apontar para esses problemas, não é minha intenção propriamente “refutar” a teoria da ação e da identidade pessoal de Perry, conectada por ele mesmo a sua teoria dos termos indexicais. A tarefa aqui anunciada, mais modesta, será simplesmente a de assinalar que uma alternativa radicalmente diferente para compreender as ações está disponível. Se fosse o caso de optar entre essa última e a teoria de Perry – a qual, nesse ponto, compartilha pressupostos

² Deve-se notar que o conto de Borges foi publicado pela primeira vez em *El hacedor*. É significativo que o título refira-se à figura de *alguém que age*.

com grande parte da tradição analítica –, seria preciso ir mais além, apresentando critérios precisos para a escolha – ou para a eventual rejeição de ambas as opções.

Mas mintu: um critério inicial será de fato proposto. Se a interpretação que Perry oferece para o pequeno conto de Borges é de fato problemática, então já teríamos aí pelo menos um indício inicial na direção de um critério de escolha. Poder-se-ia objetar que tal indício é por demais insignificante para servir até mesmo para isso; afinal de contas, de que forma a interpretação de uma obra de arte literária, que foi usada, presumivelmente, como mera ilustração de uma teoria que já se encontrava *pronta*, poderia contestar, por menos que fosse, a *verdade* de uma tese filosófica? *A não ser que* o exame desse exemplo indique precisamente que uma reflexão sobre a ficção pode nos ensinar algo sobre a verdade filosófica, articulando uma imagem da ação que talvez não possa ser descrita pela filosofia – pelo menos, não por uma teoria filosófica que se contenta, talvez um tanto rapidamente, em tomar como não-problemáticas certas concepções bastante precisas de agente e ação intencional. Nesse caso, um pequeno fracasso pode indicar, tanto como uma fissura quase imperceptível na estrutura de uma construção, que a obra como um todo está seriamente comprometida. Que essa fissura seja revelada precisamente na análise de um tipo muito peculiar de ação – a saber, a ação de *leitura* de um texto ficcional, bem como a ação de impor a *assinatura* que ele porta – talvez não seja, como veremos mais adiante, casual.

Antes de começar, é aconselhável resumir rapidamente o conto de Borges. Ele é composto por apenas dois parágrafos, o primeiro razoavelmente longo e o segundo com apenas meia linha. No primeiro parágrafo, aquele que escreve, referindo-se a si mesmo através do pronome “eu”, informa ao leitor que um “outro”, nomeado de “Borges”, é a quem as coisas lhe ocorrem – como se o eu fosse habitado por um parasita que tivesse assumido o controle de sua vida, restando-lhe apenas *observar* o outro. Entretanto, bem longe da revolta metafísica com que Antonin Artaud denunciava a presença em si mesmo de um “outro eu”, implantado desde 1935 pelo Deus maligno³,

³ Ao invés de sentir a vida (isto é, de viver, no sentido essencial desse termo), Artaud nos diz que se limita a uma existência confiscada por Deus através de si mesmo em seu momento inaugural, sem que esse “eu” coincida, a rigor, com Antonin Artaud; a partir de então, a existência apresenta-se como uma série de pensamentos sobre a vida – sobre a vida “de Antonin Artaud”, bem mais forte do que esse eu. Cf. Artaud, 1976, p. 126: “eu não sentia a vida, a circulação de toda ideia moral era para mim como um rio seco. A vida não era para mim um objeto, uma forma; ela tinha se tornado para mim uma série de raciocínios”.

o narrador do conto constata, num tom um tanto queixoso, mas conformado, as coincidências e divergências entre ele e Borges: tanto quanto esse último, o narrador diz gostar “dos relógios de areia, dos mapas, da tipografia do século XVII, das etimologias, do sabor do café e da prosa de Stevenson” – ao contrário, porém, de Borges, que assume esses gostos de um modo vaidoso, convertendo-os em “atributos de um ator”, o narrador não pretende exibi-los por escrito ao público leitor, confessando-os com reservada modéstia. Mas aqui entra em jogo uma fina ironia que, como veremos adiante, parece ter escapado totalmente a Perry: o “eu” narrador, *no momento mesmo* em que reivindica para si tal modéstia, o faz por escrito, vaidosamente, *tal como Borges*. Ou seria melhor dizer: novamente aqui, é Borges quem toma conta da ação, ao descrever os gostos do eu que ele parasita? Voltaremos a essa questão mais tarde. Notemos, por ora, apenas, que ela está ligada a outro trecho importante do conto, que aparece no fim desse mesmo primeiro parágrafo: ao tentar caracterizar, de um modo mais geral, sua relação com Borges, o narrador afirma que, embora essa última não seja propriamente uma relação hostil, não é tampouco harmoniosa ou coincidente:

“Há anos”, diz o eu, “eu tratei de livrar-me dele e passei das mitologias dos arrabaldes aos jogos com o tempo e com o infinito, mas esses jogos são de Borges agora e terei de idear outras coisas. Assim minha vida é uma fuga e tudo perco e tudo é do esquecimento, ou do outro”.

Nova ironia, pois do duplo espelhamento entre Borges e o narrador, um jogo com o infinito é novamente proposto no conto, no próprio ato de enunciar seu fracasso, e com ele uma nova tentativa mal-sucedida de escapar de Borges: colocados frente a frente, os dois espelhos refletem-se infinitamente – e também a respeito desse ponto, Perry não parece ter percebido, em seu comentário, a radicalidade da afirmação do narrador: não se trata, ao contrário do que Perry propõe como uma das interpretações do conto, de admitir que dois “eus” distintos, ou duas “auto-concepções”, para usar seu vocabulário, coexistem na mesma pessoa, mas trata-se, antes, da constatação desolada de que o “eu” perdeu *tudo* para Borges, e que toda nova tentativa de escapar dele, algo que um escritor só poderia fazer através ação de *escrever*, fracassa pelo ato mesmo de ser efetivada na escrita. “Eu estou”, diz o narrador, “destinado a perder-me, definitivamente, e somente algum instante de mim poderá sobreviver no outro”.

Passemos ao segundo parágrafo. Na sua brevidade, ele assemelha-se graficamente a uma assinatura, mas é bem o seu oposto, pois efetua um último deslocamento, pondo um ponto final no conto através da suspensão de uma auto-atribuição. Pela recusa do autor de assinar seu texto, esse último permanece, de certa forma, permanentemente inacabado, em um prolongamento infinito de si mesmo: “Não sei qual dos dois escreve esta página”, conclui – ou não – o eu narrador, ou Borges, ou Jorge Luis Borges – ou *nenhum deles*. É importante notar que a impossibilidade da assinatura, da auto-atribuição, está assinalada, nessa frase-parágrafo, por dois termos indexicais: o primeiro, significativamente apenas implícito, é o “eu” que desempenha a função de sujeito do verbo, ou melhor, da negação do verbo “saber” – digo “significativamente” porque o contraste desse “eu” que permanece implícito com as diversas ocorrências do mesmo pronome ao longo do conto deixa claro que tal ausência é importante para acentuar a confusão entre “eu”, “Borges” e Jorge Luis Borges⁴. O segundo termo indexical, desta vez explícito, é o “esta” que aparece na expressão “esta página”, referindo-se ao próprio ato da escrita pela mediação da referência à folha de papel que lhe serve de suporte material, posta diante dos olhos do leitor, anunciando-lhe desde então, *no seu fim*, em suas últimas palavras (mas, num movimento de eterno recomeço, remetendo à sua frase inicial), que a projeção de uma sombra de indecível anonimato cobre o texto como um todo.

Desta breve descrição do conto, podemos passar agora para as duas interpretações propostas por Perry. Será importante, nesse ponto, compreender por que ele afirma a insuficiência da primeira, optando pela segunda – pois, a partir desse duplo movimento, poderemos entender precisamente os conceitos de ação e de agente envolvidos em suas análises, bem como seus limites e problemas.

O paradoxo apresentado no conto de Borges, segundo Perry, está relacionado a questões semânticas envolvidas em seu uso estranho da atribuição de identidade numérica a uma pessoa, bem como com uma certa

⁴ Esta elipse do pronome “eu” se perde necessariamente na língua inglesa. Deve-se notar que a tradução do conto de Borges usada por Perry é em certos momentos inadequada não apenas por razões incontornáveis da língua inglesa, mas por suas opções problemáticas; esse mesmo último parágrafo, que no original diz “No sé cuál de los dos escribe esta página”, é traduzido para o inglês como “I do not know which of us has written this page” – e a mudança do inclusivo “nós” para o impessoal “qual dos dois” não é, como veremos mais adiante, sem consequências para a interpretação do texto, uma vez que ela introduz uma terceira personagem – ainda que anônima – na trama.

desconexão entre o conhecimento que uma pessoa tem de si mesma através do uso dos pronomes de primeira e de terceira pessoas. Afinal, ao comparar-se a Borges, o eu narrador aparentemente teria de atribuir a ambos as mesmas propriedades, e não poderia ignorar certas coisas sobre Borges, na medida mesma em que elas são fatos sobre si mesmo. Ao invés disso, porém, nota Perry, o escritor “faz soar como se ele tivesse ciência da própria existência de Borges através desses modos de ‘terceira pessoa’” (PERRY, 2007, p. 2). O que dá à história seu ar de paradoxo, continua Perry, é sua aparente violação das leis lógicas associadas ao uso do conceito de identidade. De acordo com essas leis, seria impossível concluir que Borges sobreviva ao escritor, ainda que se trate apenas do tipo de sobrevivência como figura literária, simplesmente porque o princípio de identidade assegura que, se $A = B$, todas as propriedades de A são propriedades de B , e vice versa. Pela mesma razão, tampouco seria possível que Borges apreciasse Stevenson de uma maneira diferente – mais superficial – do que a do escritor. A solução de Perry para esses paradoxos parte da constatação de que é preciso distinguir, até um certo ponto, o significado do pronome “eu” do significado do nome próprio “Borges”, *mas não demais*, até o ponto de tomá-los como duas pessoas distintas – pois, nesse caso, a história deixaria de cumprir seu objetivo, que é justamente o de provocar certo estranhamento no leitor. O estado de “alienamento de si mesmo”, que Perry caracteriza como sendo aquele descrito no conto, precisa, pois, encontrar uma explicação que contemple a possibilidade de não sermos inteiramente unificados, acessando cognitivamente a nós mesmos e a nossas ações de duas maneiras diferentes e, eventualmente, divergentes.

Para formular tal explicação, Perry usa uma estória contada por Hector-Neri Castañeda⁵ a respeito de um herói amnésico, enriquecendo-a com alguns acréscimos. Na estória, esse herói de guerra, chamado “George H.”, após ter sido gravemente ferido em uma batalha, perdeu toda sua memória; como foi achado sem identificação, ninguém mais tampouco pôde relacioná-lo à pessoa que tinha aquele nome. Ele se recuperou, formou-se em história e, sem saber que era a mesma pessoa que George H., escreveu uma monografia sobre George H.. Nesse caso, diz Perry, ele pode referir-se a si mesmo, sem saber que essas duas formas de referência são a mesma, tanto através do pronome “eu” quanto do nome próprio “George H.”, cada um

⁵ CASTAÑEDA, 1966.

deles exprimindo uma relação cognitiva diferente - e até certa medida independente - consigo mesmo. O que é importante notar, continua Perry, é que não se trata, nesse caso, de afirmar que o Princípio de Identidade tem uma aplicação relativa aos modos de individuação, tal como propõe Peter Geach, mas antes que, mantendo seu sentido absoluto, tal princípio está sendo aplicado a duas maneiras diferentes que o herói tem para obter informações sobre si mesmo, bem como para *agir* sobre as coisas. Quando sei algo sobre mim mesmo, esse conhecimento não ocorre usualmente da mesma maneira como quando obtenho informações sobre outras pessoas, embora possa obter informações sobre mim mesmo a partir do ponto de vista de terceira pessoa - posso, por exemplo, lembrar do número de minha carteira de identidade procurando, em minha pasta de documentos, um deles que, ao lado do nome "Ulysses Pinheiro", traga o número de minha identificação. Em casos normais, afirma Perry, essas duas maneiras de obter informações sobre mim mesmo são integradas pela relação de identidade, pois normalmente sabemos nosso nome - eu posso, por exemplo, me apresentar a alguém pela frase "Eu sou Ulysses Pinheiro". Esses diferentes modos de obter conhecimento de si são unidos pelo que Perry chama de auto-concepção.

Perry usa aqui uma de suas distinções semânticas preferidas, entre condições de verdade referenciais e condições de verdade reflexivas: enquanto as primeiras dão conta do "significado oficial" do enunciado, ao indicar a referência dos termos no mundo, as segundas dão conta do significado de enunciados que, em circunstâncias normais, poderiam parecer pouco informativas. Por exemplo, o enunciado "Eu sou George H.", enunciado por George H., poderia, se levarmos em conta apenas seu significado referencial, ser substituído pelo enunciado "George H. é George H."; esse último, porém, é uma mera tautologia, enquanto o primeiro, pelo menos em certas situações, pode não ser: George H. pode usá-lo para exprimir a descoberta, após sua perda de memória, que, afinal de contas, ele é a mesma pessoa que Georges H.; nesse caso, o que está em jogo é o conteúdo reflexivo, que serve então para exprimir a proposição segundo a qual o nome "George H." é *seu próprio* nome. Podemos, portanto, dizer que as condições de verdade reflexivas são aquelas que remetem aos próprios elementos que compõem a enunciação⁶ - sendo assim, se alguém diz uma frase singular contendo o termo indexical "eu" (por exemplo, "Eu estou destinado a perder-me" -

⁶ PERRY, 2007, pp. 4-5.

chamemos essa frase de F), suas condições de verdade reflexivas podem ser enunciadas da seguinte forma: “o enunciador de F está destinado a perder-se”.

Dadas essas teses, Perry passa a expor uma primeira maneira de interpretar o conto de Borges. Se “Borges” for tomado como o nome da *persona* publica do escritor/narrador, é possível que ele enuncie frases como “Tenho notícias de Borges pelo correio” sem que enuncie com isso a estranha frase “Eu tenho notícias de mim mesmo pelo correio”, embora a segunda frase seja uma consequência da primeira, pois nós, leitores, sabemos que o escritor é *idêntico a Borges*⁷. O conto articularia, então, duas maneiras de referir-se a si mesmo, uma delas inexata, correspondendo apenas a sua *persona* ou caráter público. Essa primeira interpretação, porém, afirma Perry, é desmentida pelo último parágrafo do conto. Nele, como vimos, o escritor/narrador diz: “Não sei qual dos dois escreveu esta página”; ora, conclui Perry, não parece ter sentido afirmar que um modo de referência distinto seja suficiente para atribuir dois modos distintos de acesso cognitivo à ação: se o escritor realizou a ação de escrever a página, então ele deve *saber imediatamente* – que é o modo de saber envolvido nas *ações intencionais desse tipo* – que Borges escreveu essa página. Para solucionar esse impasse, Perry proporá sua segunda interpretação do conto, segundo a qual é possível atribuir múltiplos eus e ações bifurcadas a uma só e mesma pessoa. Uma ação, diz Perry, é motivada por complexos de crenças e de desejos, de tal modo que,

Se eu faço intencionalmente A, haverá alguma combinação de crenças e desejos que desempenha duas funções importantes em minha ação de fazer A. Primeiramente, as crenças e desejos são o que *causam* minha ação de fazer A. Em segundo lugar, os conteúdos das crenças e desejos racionalizam [...] minha ação de fazer A (PERRY, 2007, p. 12).

⁷ Baseando-se na distinção fregeana entre sentido e referência, mas incorporando o sentido à determinação semântica da expressão, Perry afirma que duas proposições podem ter dois modos distintos de apresentar a mesma coisa, ainda que seu conteúdo completo seja diferente; ou seja, embora as condições de verdade sejam as mesmas, as convenções linguísticas diferentes que regem o uso do pronome “eu” e dos nomes de batismo, como “Borges”, fazem demandas cognitivas diferentes ao ouvinte (PERRY, 2007, p. 10). Em PERRY, 2002, p. 232, a mesma tese é apresentada de maneira ligeiramente diferente, através da distinção de dois tipos de condições de verdade, as “condições de verdade temáticas” [*subject-matter truth conditions*] e as “condições de verdade reflexivas”.

É possível, continua Perry, pensar em casos de bifurcação desse complexo motivacional – por exemplo, em casos de acrasia –, de tal forma que dois complexos distintos como que disputam o controle das ações de uma pessoa na medida em que fazem parte de estruturas mais amplas de crenças, desejos, intenções e planos (*Idem*, p. 15). Poderíamos, assim, entender que Borges não é apenas “a personificação inexata de uma *persona* pública, mas uma parte de um auto-conceito não totalmente coerente” (*Idem*, p. 15). Dito isso, conclui Perry, seria possível igualmente dar uma resposta precisa para a dúvida expressa pelo último parágrafo do conto: quem está escrevendo é Borges, pois é ele quem responde, presumivelmente, pelas ações relacionadas à escrita e à edição de textos literários, correspondente a uma parte do complexo total de crenças e desejos que forma a pessoa a quem o nome “Borges” e o pronome “eu” se aplicam.

É interessante notar – e isso terá conseqüências decisivas para nossa discussão sobre a teoria da ação de Perry – que essa segunda interpretação proposta por ele o compromete a dar uma *resposta determinada* à indecisão que encerra o conto. Ou seja, Perry, por razões internas a sua teoria, não pôde se furtar de apresentar uma decisão sobre *quem* agiu para produzir aquele texto: dito de outra forma, ele não pôde levar totalmente a sério a afirmação final do texto, que indica a ignorância acerca de quem de fato realizou aquela ação. Ao fazer isso, porém, o conto perde toda sua ambígua complexidade: entendido como uma obra feita *por alguém*, ele passa desde então a portar uma assinatura, a ter um autor assinalável. O mais curioso, como veremos a seguir, é que a interpretação de Perry para o conto, dependendo, em seu momento crucial, de uma certa teoria sobre a relação entre ação e agente, pode ser criticada justamente a partir de sua tese de que são os enunciados ou proferimentos, e não as sentenças ou frases que os exprimem, que têm seus conteúdos diferenciados pelas condições de verdade referenciais e reflexivas (É importante notar que, para Perry, os proferimentos podem ser estendidos aos atos de escrever ou de fazer gestos). O aspecto curioso dessa crítica é que, visando o cerne de sua teoria da ação, ela será feita através de um exame de sua tese segundo a qual é um certo tipo muito preciso de *ação* – a saber, a ação de realizar proferimentos particulares – que é o portador dos conteúdos por ele analisados.

Como nota Kent Bach, em um artigo em que apresenta algumas críticas à noção de conteúdo reflexivo proposta por Perry, é significativo notar que esse último não usa, em sua teoria, a distinção entre atos

locucionários e ilocucionários, proposta por John Austin no famoso livro que indicava, desde seu título - *Como fazer coisas com palavras* -, uma abordagem pragmática da linguagem. Ao invés disso, Perry prefere manter a tese de que são os proferimentos os portadores de diversos conteúdos⁸, de forma a acomodar a exigência de levar em conta, em sua semântica, o aspecto cognitivo de nosso modo de acesso à referência. Contra Perry, Bach propõe que apenas o conteúdo do ato locucionário é o objeto da semântica⁹. Segundo ele, enquanto a semântica trata da referência na medida em que ela é determinada pelo significado das frases, a pragmática lida com a referência feita pelo falante, com aquilo que ele quis referir ao proferir uma frase.

Não argumentarei aqui a favor das críticas de Bach a Perry, mesmo porque ambos partem de algumas premissas comuns que são questionáveis, mas apenas as usarei como apoio para expor e problematizar os pressupostos admitidos por esse último¹⁰. Ao incorporar à semântica um tratamento reflexivo de um certo tipo de ação (a saber, das ações caracterizadas como proferimentos de frases), Perry deixa de considerar (o que é diferente de dizer que ele *nega*) certos usos e dimensões do indexical “eu”, tal como ele aparece no conto de Borges. Se caracterizarmos a teoria semântica de Perry como mais “liberal” do que certas teorias minimalistas e puramente referencialistas, justamente na medida em que ela tenta incorporar aspectos semânticos ligados ao contexto pragmático de proferimento, veremos que isso a torna, porém, de forma aparentemente paradoxal, mais incapaz de dar conta da situação narrada por Borges do que a teoria de um minimalista. De fato, esse

⁸ PERRY, 2001, p. 17: “Contents belong to particular utterances, and should not be confused with meanings, which belong to types of expressions. Meanings are the rules that assign contents to the uses of expressions—that is, to particular utterances”, *apud* BACH, 2007, p. 409. Logo após fazer essa citação, Bach pergunta: “Why does Perry suppose that utterances, rather than sentences, have contents?”. A resposta vem em seguida, com outra citação do mesmo texto de Perry: “Because meanings ‘may exploit contextual factors, and assign different contents to different utterances of the same expression. So content is an attribute of individual utterances.’” Em PERRY e KORTA, 2011 há o uso da distinção entre atos locucionários e ilocucionários.

⁹ É isso o que faz precisamente Bach (BACH, 2007, p. 409): “Syntactic and phonological features belong to linguistic expressions, not to utterances of them. So, for example, speakers with different accents can utter an expression in different ways, thereby producing different-sounding tokens of the expression, but the expression still has the same phonological features. Why should semantic features be any different? In particular, why attribute semantic contents to utterances of expressions rather than to the expressions themselves, as is commonly done, even by referentialists?”.

¹⁰ Em seu livro mais recente, Perry menciona sua proximidade com relação à posição defendida por Bach, ambas sendo caracterizadas como a de uma “posição moderada entre literalistas e contextualistas” (PERRY e KORTA, 2011, p. 146).

último pode sempre restringir a semântica à questão da referência determinada pelo significado e, como Bach, introduzir separadamente a dimensão pragmática para dar conta do uso de expressões: segundo ele, é preciso não confundir a referência feita por uma expressão a um objeto com a referência feita por um falante a um objeto através do uso de uma expressão¹¹. Já no caso de Perry, seu contextualismo, ainda que moderado, o força justamente a formalizar o uso dos indexicais, de modo que usos menos formalizáveis, que poderiam ser apreendidos, porém, em uma dimensão que podemos denominar um tanto vagamente pragmática, se perderiam.

Alguns problemas derivados da confusão entre semântica e pragmática são apontados por Bach através de exemplos retirados de empréstimo a David Kaplan¹². Se admitirmos que a semântica tem por objeto frases, e a pragmática, proferimentos, então podemos interpretar os indexicais em frases tomando-as em um certo contexto de uso idealizado, que não se refere ao ato de proferimento concreto. Com isso, damos conta da distinção entre a frase e o proferimento da frase “Eu não estou proferindo uma frase”: enquanto a primeira pode ser verdadeira, a segunda não pode; similarmente, proferimentos de frases tais como “Eu estou vivo” são sempre verdadeiros, enquanto o mesmo não vale para as frases correspondentes, cujo conteúdo é apenas contingentemente verdadeiro. Ora, é justamente ao pensar em exemplos como esses, conectando-os ao uso do indexical “eu” no conto de Borges, que uma dimensão pragmática irreduzível à formalização semântica pode ser tematizada. Para além de questões semânticas, há uma certa maneira de entender a ação, em particular as ações de escrever e de ler, que só pode ser formulada levando em conta outras formas de usar os signos – ou antes, se levarmos em conta que os signos funcionam em um regime anterior ao da pessoalidade, constituindo-a.

Em um texto escrito em 1958, Maurice Blanchot¹³ trata das ficções de Borges de maneira radicalmente refratária às interpretações de Perry. Segundo Blanchot, a experiência literária é fundamentalmente próxima dos paradoxos e dos sofismas, de modo que sua verdade residiria “no erro do infinito”

¹¹ BACH, 2011, p. 3.

¹² BACH, 2007, p. 409-410.

¹³ BLANCHOT, 2010, pp. 256-269. Originalmente, esse texto foi publicado em *La Nouvelle Revue Française*, n. 61, pp. 98-110, e retomado, em parte, com ligeiras modificações, em *Le livre à venir*, sob o título “L’infini littéraire: *L’Aleph*”. O mesmo texto também foi republicado em duas edições em homenagem a Henri Michaux (para as referências, cf. nota 1 de BLANCHOT, 2010, p. 256).

(BLANCHOT, 2010, p. 257). É no movimento infinito de desaparecimento, propõe Blanchot, que devemos entender a literatura de Borges (lembremo-nos que o eu narrador do conto de Jorge Luis Borges tentou livrar-se de Borges através de “jogos com o infinito”). As ações humanas não podem, porém, acontecer no infinito: todas elas pressupõem um mundo finito, um começo e um fim claramente determinados. A literatura é justamente o que nos faz vagar por um “deserto geográfico” (*Idem*, p. 257) sem limites, onde nenhuma ação é mais possível. O homem “desértico e labiríntico”, diz Blanchot, está destinado a, em sentido próprio, errar nesse vazio em uma caminhada “necessariamente um pouco mais longa que sua vida” (*Idem*, p. 257). Enquanto que, no domínio finito, podemos sempre agir de alguma forma, o infinito coloca-nos em uma posição de passividade total – podemos, por exemplo, agir ao escapar de um lugar fechado no qual nos encontramos prisioneiros, mas não podemos escapar do infinito sem nos encontrarmos ainda nele – e, reversamente, todo lugar absolutamente sem saída é, por isso mesmo, infinito (*Idem*, p. 258). É impossível percorrer o infinito porque, nele, o fim e o começo coincidem, o que faz que não haja como estabelecer *referências* (tomando essa palavra no seu sentido espacial e semântico). Se isso for assim, a literatura nos permite experimentar a aproximação elusiva de “uma estranha potência, neutra e impessoal” (BLANCHOT, 2010, p. 259). Ao comentar o conto de Borges intitulado “Pierre Menard, autor do Quixote”, não podemos deixar de reconhecer nas palavras de Blanchot uma interpretação que também poderia ser adequada para o conto “Borges e eu”, especialmente no que diz respeito ao duplo e seu movimento de reflexão infinita:

Na ficção de Borges, temos duas obras na identidade da mesma linguagem e, nessa identidade que não é identidade, a fascinante miragem da duplicidade dos possíveis. Ora, aí onde há um duplo perfeito, o original é apagado, e até mesmo a origem. Assim, o mundo, se pudesse ser exatamente traduzido e reduplicado em um livro, perderia todo começo e todo fim e se tornaria esse volume esférico, finito e sem limites, que todos os homens escrevem e onde eles são escritos (BLANCHOT, 2010, p. 260).

Assim como Kafka não pode nunca chegar ao Castelo, e *por isso* (note-se: não *apesar disso*) continua buscando chegar até ele, o eu e Borges se defrontam em um jogo de espelhos que torna indecível a questão sobre sua

identidade. O movimento proposto por Blanchot é esse deslocamento até o infinito que, segundo ele, constitui a literatura e, talvez, toda e qualquer linguagem: situados no mundo dos signos, é sempre a um outro signo que adiamos a interpretação definitiva de um texto, aquela que estabeleceria seu referente e enunciaria suas condições reflexivas. Basta aplicar essa tese para além dos limites do texto literário para entendermos a herança de Blanchot ao pensamento filosófico posterior.

Nesse contexto, é o infinito que se revela como muito pouco e que arruína toda possibilidade de ação; assim, em um texto em que ataca a concepção hegeliana da dialética, e, com ela a noção de negatividades mediadoras gerando ações na história, ele afirma:

A influência do escritor está ligada a esse privilégio, o de ser senhor de tudo. Mas ele é senhor apenas de tudo, só possui o infinito, o finito lhe falta, o limite lhe escapa. Ora, não agimos no infinito, não realizamos nada no ilimitado, de maneira que, se o escritor age bem realmente produzindo essa coisa real que se chama livro, desacredita também, com esse ato, qualquer ato, substituindo o mundo das coisas determinadas e do trabalho definido por um mundo onde *tudo é agora* dado...¹⁴.

A expressão que Blanchot utiliza em outro texto, o capítulo de um livro significativamente intitulado *A conversa infinita*, indica bem as implicações, para uma compreensão da ação humana, de sua concepção da linguagem: se nos movemos sempre em círculos no interior dos signos, a admissão desse fato produz em nós uma “paixão do pensamento negativo”, que “promete ao homem o acabamento de si próprio” – “não apenas o admite”, nota Blanchot, “mas trabalha para ela”¹⁵. O uso da palavra “paixão” não é casual: toda liberdade é caracterizada agora como pura passividade, semelhante ao ato de leitura pelo qual admitimos as ficções contadas pelos escritores. Qualquer outra coisa que não isso seria recair em uma ilusão de positividade, de referencialidade, pelas quais acreditaríamos poder chegar ao real para além dos signos – o que, por isso mesmo, os tornaria inúteis e descartáveis. A linguagem só subsiste, pois, na medida mesma em que

¹⁴ BLANCHOT, 1997, p. 305.

¹⁵ BLANCHOT, 2007, p. 186.

fracassa; a literatura passa a reivindicar, pois, não o direito à vida, mas o direito à morte.

O curioso é que essa concepção puramente negativa, passiva de liberdade, desemboca em uma concepção da ação política que a identifica necessariamente à ação revolucionária, na qual a negação absoluta coincide com a afirmação mais radical: de fato, para Blanchot, o espaço literário *é* o espaço político – não no sentido de haver entre eles uma analogia, mas no sentido próprio da *identidade*. A política ocorre na linguagem e pela mediação de representações; tal como a revolução política, a linguagem literária é a “passagem do nada ao tudo, afirmação do absoluto como acontecimento e de cada acontecimento como absoluto”¹⁶:

Assim aparece o Terror. Cada homem cessa de ser um indivíduo trabalhando numa tarefa determinada, agindo aqui e somente agora: ele é a liberdade universal, que não conhece alhures nem amanhã, trabalho nem obra [...] E, finalmente, ninguém tem mais direito à sua vida, a uma existência efetivamente separada e fisicamente distinta. Esse é o sentido do Terror. Cada cidadão tem, por assim dizer, direito à morte: a morte não é sua condenação, é a essência do seu direito; ele não é suprimido como culpado, mas necessita da morte para se afirmar cidadão¹⁷.

Robespierre, diz Blanchot, carrega os vestígios da morte em vida, não pela morte que dá aos outros, mas pela morte que se dá a si mesmo: quando a guilhotina cai sobre sua cabeça, “praticamente não atinge ninguém”, pois a sua virtude é deixar a liberdade universal afirmar-se completamente nele, fazendo que sua existência já se encontrasse suprimida antes mesmo de a lâmina atingir seu pescoço.

“Os terroristas”, diz Blanchot, “são aqueles que, desejando a liberdade absoluta, sabem que querem assim sua morte, têm consciência dessa liberdade que afirmam como da morte que realizam e, por conseguinte, já que estão vivos, agem não como homens vivendo no meio de homens vivos, mas como seres

¹⁶ BLANCHOT, 1997, p. 307.

¹⁷ *Idem*, p. 307-308.

privados de ser, pensamento universais, puras abstrações julgando e decidindo, além da história, em nome da história inteira”¹⁸.

Não deixa de ser perturbador, para nossos ouvidos treinados no liberalismo político, ouvir esse elogio do terrorismo. Sabemos da trajetória errática de Blanchot, desde os anos de juventude ligado à direita nacionalista francesa até seu movimento em direção à esquerda mais radical; sabemos também que, na década de 1980, ele abandonará esse elogio da revolução, tão romântico e tão existencialista quanto o de um de seus principais inspiradores, Bataille. Não cairei aqui na tentação banal de aproximar estilos de pensamento com opções políticas (Heidegger e o nazismo, por exemplo). Mas o mérito de Blanchot é o de nos levar a pensar o quanto de comprometimento político também não subjaz em visões da linguagem e da ação tão aparentemente “neutras” e “naturais” como as de Perry: ao adotar essa última, não haveria uma violência muito mais brutal camuflada, uma política muito mais perigosa anunciada nas entrelinhas?

Como quer que seja, ao comparar as posições de Perry e Blanchot sobre a ficção de Borges, pudemos notar que o primeiro não distingue o escritor do narrador, quando o ponto interessante do conto de Borges não é a duplicidade entre um eu público e outro privado, o que é relativamente banal, nem a bifurcação de dois “eus”, que mantivesse os princípios de identidade e de autoria das ações intactos, mas sim o efeito que essa duplicidade causa na “autoria” do texto como um todo, o que fica claro justamente em sua frase final: há infinitos, e não dois personagens: eu, Borges, aquele que assina o texto, identificado como Jorge Luis Borges, o Borges que foi publicado, traduzido, lido em silêncio, citado nesta palestra, etc.. É significativo que Perry, como filósofo, não tenha notado que há também um quarto nome que aparece no conto: o de Espinosa. Ora, a filosofia espinosana é construída em torno do pensamento da infinitude - e, com ela, de uma certa vagueza no que chamamos de “identidade pessoal”. É assim que o narrador escreve sobre Borges:

Pouco a pouco vou cedendo-lhe tudo, mesmo estando consciente de seu perverso costume de faltar e magnificar. Espinosa entendeu que todas as coisas querem perseverar em

¹⁸ *Idem*, p. 308.

seu ser; a pedra eternamente quer ser pedra e o tigre, um tigre. Eu hei de permanecer em Borges, não em mim (se é que sou alguém), mas me reconheço menos em seus livros que em muitos outros ou que no laborioso arranhar de uma guitarra.

Como podemos ver por essa passagem, não é o narrador que inere em ou sobrevém à “pessoa real”, mas antes o oposto: “Eu hei de permanecer em Borges, não em mim...”. O “eu” não é nada além do que um efeito da narrativa de Borges – e mesmo isso não pode ser afirmado com segurança, já que, talvez, o “eu” não seja *nada tout court* (“se é que sou alguém...”). *Talvez...* é essa decisão essencial que é expurgada pela interpretação de Perry, mas ela é o cerne da história de Borges, é *no elemento* da indecisão que ela é escrita. A impessoalidade espinosista, que equaciona a pedra e o homem, manifesta-se também na diluição do próprio Borges na linguagem comum a todos os homens, aquela que escreve muitos outros livros, e até mesmo na linguagem sem significado da guitarra. Nesse estranho meio, a ação se revela como pura passividade, e o agente é apenas uma entidade constituída que é movida por forças que a ultrapassam.

Uma última reflexão é necessária antes de terminarmos essa avaliação crítica da teoria de Perry – e, tomando essa última como paradigmática de boa parte das teorias contemporâneas da ação, ela seria também uma avaliação tanto daquelas teorias pertencentes à tradição analítica quanto das pertencentes à tradição fenomenológica. Essa *reflexão* diz respeito justamente às conseqüências que deveriam ser aplicadas *a minha própria* análise se levarmos a sério as críticas que acabaram de ser formuladas a Perry. Disse acima que, por mais tênue que fosse a crítica baseada na constatação de uma certa inadequação das duas interpretações propostas por Perry para o conto de Borges, ainda assim ela poderia ser considerada um *critério inicial* para avaliar a verdade de sua teoria, na medida mesma em que o fracasso de ambas seria o signo de que alguns de seus pressupostos seriam falsos. Notei também que o fato de que essa avaliação crítica da teoria de Perry tenha sido desenvolvida a partir do exame de um tipo muito peculiar de ação – a saber, a ação de leitura de um texto ficcional – poderia ser significativa. E, realmente, o fator significativo dessa análise crítica reside precisamente na constatação de que o contraste entre os pressupostos conceituais das

interpretações de Perry e de Blanchot para o conto de Borges não nos permite utilizar o eventual fracasso da primeira como critério para avaliar a verdade ou a falsidade de suas teses mais amplas sobre a ação, a não ser que admitamos que há algo como *a verdade do texto de Borges* que possa servir como critério independente de avaliação da correção das interpretações divergentes. Com esse movimento, porém, nos aproximáramos muito mais da teoria de Perry do que da de Blanchot, pois essa última questiona justamente a ideia de que o significado dos discursos possa ser estabelecido a partir de uma referência externa extra-textual, ainda que essa referência seja ela mesma um outro texto. Ou seja, a ideia mesma de um significado objetivo dado, com todas as suas implicações mais ou menos implícitas – especialmente a de que é possível determinar a “intenção do autor” através do exame ato de escrita – compartilha alguns dos principais pressupostos da teoria da ação de Perry. Se não quisermos ser acusados de circularidade, pois, o que nos restaria como conclusão é apenas a visão diferencial de duas estruturas conceituais incompatíveis, sem que possamos fornecer nenhum critério de escolha entre elas. Isso talvez não seja pouco, porque pelo menos pudemos perceber, nessa comparação, certos mecanismos em funcionamento nas duas teorias, e particularmente os compromissos das teses de Perry com uma certa concepção muito precisa do agente e de suas ações. Restaria ainda explorar não só as conseqüências políticas de sua teoria, mas também seus *pressupostos* políticos. No caso de Blanchot, essas conseqüências e pressupostos foram pelo menos esboçados: das simpatias do Marquês de Sade pelos jacobinos até o apoio de Michel Foucault à revolução iraniana dos aiatolás, é todo um arco de posições políticas, solidárias de uma concepção de agente e de ação, que encontra nele um de seus mais notáveis apologistas. Que a revolução, hoje, não seja mais uma opção política possível, relegada a um gesto romântico inevitavelmente ingênuo, talvez indique menos o fracasso dessa posição e a inevitabilidade da política liberal democrática, com suas infinitas mediações representativas e jurídicas, do que a necessidade de, em sentido próprio, *realizar* a revolução – isto é, torná-la real –, mesmo que às custas de sua redefinição como pequenos atos de resistência pontuais, inseridos nas imbricações das redes de poder nas quais – também aqui em sentido próprio – inevitavelmente *nos encontramos*.

Referências bibliográficas

- ARTAUD, A. *Œuvres Complètes, I – Textes Surréalistes*. Paris: Gallimard, 1976.
- AUSTIN, J. L. *How to Do Things with Words*. Oxford: Oxford University Press, 1962.
- CASTAÑEDA, H. “‘He’: A Study in the Logic of Self-Consciousness”. In: *Ratio* 8 (1966), p. 130-157.
- BACH, K. Reflections on Reference and Reflexivity. In: *Situating Semantics: Essays on the Philosophy of John Perry* (organizado por Michael O'Rourke e Corey Washington). Massachusetts: MIT Press, 2007, p. 395-426.
- _____. “The Lure of Linguisticification”. In: <http://userwww.sfsu.edu/~kbach/Bach.LureLing.pdf> *Parma Workshop on Semantics and Pragmatics*, 12 September 2011.
- BLANCHOT, M. “L’infini et l’infini”. In: *La condition critique. Articles 1945-1998. Les Cahiers de la NRF*. Paris: Gallimard, 2010.
- _____. “A literatura e o direito à morte”. In: *A parte do fogo*. Tradução de Ana Maria Scherer. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, p. 289-330.
- _____. “A experiência-limite”. In: *A conversa infinita, 2. A experiência limite*. Tradução de João Moura Jr. São Paulo: Escuta, 2007, p. 183-222.
- BORGES, J. L. “Borges e eu”. In: *El hacedor*. Madrid: Alianza Editorial, 1960.
- PERRY, John. *Reference and Reflexivity*. Stanford, Calif.: CSLI Publications, 2001.
- _____. *Identity, Personal Identity, and the Self*. Indianapolis/Cambridge: Hackett Publishing Company, 2002.
- _____. “Borges and I and ‘I’”. In: *The Amherst Lecture in Philosophy 2* (2007): 1-16. <<http://www.amherstlecture.org/perry2007/>>.
- PERRY, John e KORTA, Kepa – *Critical Pragmatics. An Inquiry into Reference and Communication*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

Email: ulyssespinheiro@gmail.com

Recebido: março de 2012
Aprovado: maio de 2012